

**Universidade Federal do Pará**

**Pró-Reitoria de Administração**

**Comissão Permanente de Licitação**

**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL**

**TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2019**

**PROCESSO Nº. 017996/2019**

|  |
| --- |
| Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CNPJ: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Opcional: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Cidade: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Estado: **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** CEP: \_\_\_\_\_\_**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**  Telefone: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Pessoa para contado: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Recebemos, através do acesso à página www.Comprasnet.gov.br nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.  Local/data: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura |

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre esta Universidade e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter à Comissão Permanente de Licitação por meio do e-mail: cpl@ufpa.br

A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

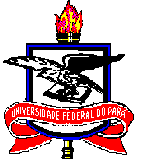
Esclarecemos que toda e qualquer alteração no instrumento convocatório, será obrigatoriamente disponibilizada no site www.ufpa.br, cabendo ao licitante acompanhá-la. O envio do recibo fará com que a empresa tenha acesso às informações também via e-mail

Belém-Pa, 19 de novembro de 2019.

**Aline Marques Casimiro**

Presidente da CPL/UFPA.

Portaria nº 4303/2019



**Universidade Federal do Pará**

**Pró-Reitoria de Administração**

**Comissão Permanente de Licitação**

**PROCESSO Nº 017996/2019**

##### **TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2019**

##### **E D I T A L**

**A Universidade Federal do Pará - UFPA**, por sua Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 4303/2019, de 10 de setembro de 2018, torna público que, de ordem do Magnífico Reitor, no dia 19 de dezembro de 2019, às 10:00 horas, horário local, no Auditório do Prédio Anexo da Reitoria, no Setor Básico, Campus Universitário do Guamá, Belém-PA, procederá o recebimento dos envelopes relativos à Habilitação, Proposta Técnica e de Preço para a **TOMADA DE PREÇO Nº 01/2019**, tipo **TÉCNICA E PREÇO**, no regime de empreitada por PREÇO UNITÁRIO**,** em conformidade com oneste edital e seus anexos, Lei 8.666/93, de 21/06/93, assim como outras normas aplicáveis à Licitação no âmbito da Administração Pública Federal.

* 1. A presente licitação realizar-se-á, na forma do art. 45, § 1º, inciso III, do tipo TÉCNICA E PREÇO, regendo-se pelas normas e disposições da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, Lei nº. 9.854, de 27/10/99, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, Decreto nº 7.203, de 04/06/2010, Decreto nº. 4.358, de 05/09/02 e pela Instrução Normativa MARE nº. 05, datada de 21/07/95 e suas alterações posteriores, em seqüência denominada simplesmente IN MARE nº. 05/95, baixada pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado – MARE, Decreto nº. 3.722, de 09/01/01 e Instrução Normativa nº 05/2017 do MPOG demais legislações pertinentes.

1. **OBJETO**
   1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE ACOMPANHAMENTO DE PEDIDOS DE PATENTE,** conforme especificações contidas no edital e **Anexos I e II** desta licitação.
   2. Constitui ainda objeto desta contratação a manutenção do atual portfolio de ativos no exterior, bem como efetivar novos depósitos nos países a serem designados pela UFPA.
2. **ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
   1. Havendo dúvidas sobre os elementos inerentes a licitação, poderá ser efetuada consulta ou impugnação aos termos do Edital, até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura desta licitação, por uma das seguintes formas:
3. Mediante entrega protocolizada
4. Por meio de envio de e-mail [cpl@ufpa.br](mailto:cpl@ufpa.br)
   * 1. No caso de ser utilizado os Correios como meio de consulta ou de impugnação, deverá o interessado apresentar no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, do envio, a peça original da consulta ou da impugnação.

## Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes da habilitação.

## Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data da abertura da licitação, todavia. Caso venha a apontar, depois da abertura dos envelopes, falhas ou irregularidades que viciaram o Instrumento Convocatório, tal comunicação não terá efeito de recurso.

## A impugnação será julgada pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que analisará as dúvidas suscitadas e responderá ao interessado em até 3 (três) dias úteis contados da data do recebimento daquela.

## No caso de ser constatada a necessidade de alteração do Edital, seu extrato será republicado, na forma determinada pela Lei, reiniciando a contagem de prazo para apresentação das propostas.

1. **REPRESENTAÇÃO LEGAL DA LICITANTE**
   1. O representante legal da licitante será o único admitido a intervir nas fases da licitação.
   2. A legitimidade da representação será demonstrada por um dos seguintes documentos, no seu prazo de validade e na abrangência do seu objeto, acompanhados de cédula de identidade ou outro documento de identidade de fé pública:
2. instrumento público de procuração;
3. instrumento particular de procuração, assinado pelo representante legal da licitante, com firma reconhecida em cartório; e
4. documento de constituição da sociedade, quando se tratar de representante legal, que comprove essa qualidade.
   1. Quando se tratar de sociedade limitada, o reconhecimento de firma poderá também ser feito por membro da Comissão de Licitação, mediante apresentação do original do contrato social da licitante, devidamente registrado na Junta Comercial.
5. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
   1. Respeitadas as demais condições normativas e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação qualquer empresa legalmente estabelecida no país e que atenda as exigências deste Edital, exceto:
6. Empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;
7. Empresa declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.
8. Empresa que esteja cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
9. Empresa em processo de falência ou em recuperação judicial ou extrajudicial;
10. Empresa que se encontre em processo de dissolução, fusão, cisão ou incorporação;
11. Empresa que tenha em seu quadro de pessoal servidor ou dirigente desta Instituição;
12. Cooperativas.
    1. Será permitida nesta licitação a participação de um representante por empresa, devidamente credenciado, através de Procuração, Declaração ou Atestado, com firma reconhecida em Cartório, não podendo este representar mais de uma empresa.
    2. Nos casos em que a representação se faça através de Diretor ou Sócio da Empresa, fica dispensada a apresentação do documento acima mencionado, desde que tal situação seja comprovada através de documento legal. Não será aceita a apresentação da documentação que trata este item durante os trabalhos de julgamento desta licitação.
    3. O processo de habilitação obedecerá às disposições contidas no art. 27 da Lei nº. 8.666/93, observadas as alterações determinadas pelo inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.
13. **RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS**
    1. No dia, hora e local designados neste Edital, na presença dos representantes das licitantes e demais pessoas que queiram assistir ao ato, a Comissão receberá, em envelopes distintos, opacos, indevassáveis e rubricados nos fechos, as seguintes documentações: ENVELOPE Nº. 01 – **DOCUMENTAÇÂO DE HABILITAÇÃO**, ENVELOPE Nº. 02 – **PROPOSTA TÉCNICA** e ENVELOPE Nº. 03 – **PROPOSTA DE PREÇO**; e registrará em ata a presença dos participantes.
    2. Os envelopes contendo a documentação relativa à HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA DE PREÇO deverão conter na parte externa os seguintes dizeres:

|  |
| --- |
| **ENVELOPE Nº 01 (HABILITAÇÃO)** |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL  RUA AUGUSTO CORRÊA Nº 01, BAIRRO DO GUAMÁ – CEP: 66075-110  PRÉDIO ANEXO DA REITORIA- TÉRREO |
| NUMERO DE CNPJ e RAZÃO SOCIAL COMPLETA DO LICITANTE |
| DATA E HORA DA ABERTURA**: 19/12/2019 às 10** h.(horário local)  REF. TOMADA DE PREÇO **Nº 01/2019** |

|  |
| --- |
| **ENVELOPE nº. 02 (PROPOSTA TÉCNICA)** |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL  RUA AUGUSTO CORRÊA Nº. 01, BAIRRO DO GUAMÁ, CEP: 66075-110 / PRÉDIO DO PRÉDIO ANEXO DA REITORIA- TÉRREO |
| NUMERO DE CNPJ e RAZÃO SOCIAL COMPLETA DO LICITANTE. |
| DATA E HORA DA ABERTURA**: 19/12/2019 às 10** h.(horário local)  REF. TOMADA DE PREÇO **Nº 01/2019** |

|  |
| --- |
| **ENVELOPE Nº 03 (PROPOSTA DE PREÇO)** |
| UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL  RUA AUGUSTO CORRÊA Nº 01, BAIRRO DO GUAMÁ – CEP: 66075-110  PRÉDIO ANEXO DA REITORIA- TÉRREO |
| NUMERO DE CNPJ e RAZÃO SOCIAL COMPLETA DO LICITANTE |
| DATA E HORA DA ABERTURA**: 19/12/2019 às 10** h.(horário local)  REF. TOMADA DE PREÇO **Nº 01/2019** |

* 1. Após o recebimento dos envelopes, nenhum outro documento, adendo, acréscimo, substituição ou alteração será aceito pela Comissão.
  2. Não será aceita, em qualquer hipótese, a participação de licitante retardatária, a não ser como ouvinte.
  3. Não serão consideradas, para qualquer efeito, as datas em que tenham sido postados os envelopes, ou a entrega em local diferente do endereço indicado no subitem 6.2.

1. **DA HABILITAÇÃO**
   1. Para habilitação nesta tomada de preço a empresa interessada deverá:
      1. Estar cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e com toda a documentação em plena validade; ou,
      2. Apresentar, dentro do ENVELOPE Nº. 01, lacrado, os seguintes documentos:

**— HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. **Ato constitutivo**, devidamente inscrito, no caso de sociedades civis, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores e da prova de constituição da diretoria em exercício e, no caso de sociedades comerciais, estatuto ou contrato social, devidamente registrado na Junta Comercial, e alterações;

**— QUALIFICAÇÃO FISCAL:**

1. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** – CNPJ;
2. **Prova de regularidade para com as Fazendas** Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal, ou outra equivalente, na forma da Lei;
3. **Prova de regularidade para com a Seguridade Social** (Certidão Negativa de Débito – CND);
4. **Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRS). Será aceito Certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando comprovadamente houver arrecadação centralizada;

## As empresas regularmente cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de que trata a Instrução Normativa Nº. 05 de 21/07/1995 e suas alterações posteriores ficam dispensadas da apresentação da documentação exigida nos itens 7.1.2 deste Edital.

## No ato da abertura da licitação as empresas inscritas no SICAF terão seu cadastramento, documentação obrigatória e habilitação parcial confirmados mediante consulta “on line” ao Sistema.

## Nos termos do subitem 8.9.2 da Instrução Normativa MARE nº 05/95, se o licitante não estiver em situação regular no SICAF, e desde que a regularização no referido Sistema não tenha sido efetivada em virtude de greve, calamidade pública, fato de natureza grave ou problema com linha de transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao Sistema, a Comissão de Licitação poderá receber diretamente do licitante a documentação que porventura estiver irregular no Sistema, quando da consulta “on line”, enquanto perdurarem os motivos acima relacionados, devidamente confirmados, nas diversas unidades cadastradoras, registrando o procedimento em ata.

* 1. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, observado o disposto nos § 1º e 2º do art. 43 da LC nº 123/2006 e art. 4º do Decreto 8.538/2015.
  2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
     1. Na hipótese acima descrita, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.
     2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte vencedora à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando adjudicar o objeto licitado ou ainda poderá ser revogada a licitação.
  3. Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser apresentada, ainda, declaração de que detêm tal condição, segundo previsão do art. 13, § 2º do Decreto nº 8.538/2015, para que possam gozar dos benefícios outorgados pela Lei Complementar n. 123/06 e suas alterações, podendo ser utilizado o modelo constante **do Anexo VII**.
     1. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no subitem 20 deste edital.

## Todos os licitantes, inscritos ou não no SICAF, deverão apresentar, ainda, a seguinte documentação para fins de habilitação:

## — HABILITAÇÃO JURÍDICA:

## Contrato Social da Empresa atualizado ou documento comprobatório similar, devidamente registrado no órgão competente, que comprove que o objeto social da empresa é compatível com o da licitação;

## Cédula de identidade do representante legal da empresa;

## Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quanto a atividade assim o exigir;

## — QUALIFICAÇÃO TRABALHISTA:

## Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, nos termos da Lei 12.440, de 7 de julho de 2011, caso não esteja detalhada no SICAF.

## — QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

* + 1. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

1. **Balanço patrimonial e Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) do último exercício social,** exigíveis e apresentados na forma da lei vigente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se sua atualização por índices oficiais, quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
   * 1. Na hipótese da atualização ou aumento do patrimônio líquido, o licitante deverá apresentar documento que comprove a alteração daquela demonstração, arquivado na Junta Comercial;
     2. Quando se tratar de sociedade constituída **a menos de 01 (um) ano, esta deverá apresentar apenas o Balanço de Abertura**, que deverá conter a Identificação e assinatura legível (chancela) do responsável contábil da empresa devidamente registrado no CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e/ou em outro órgão equivalente.
2. **Demonstrar, por memória de cálculo**, a comprovação da boa situação financeira através da apresentação dos cálculos abaixo:

Índices:

**— Índice de Liquidez Geral (ILG)** superior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

AC + RLP

LG= ------------------- > 1,00

PC + ELP

**— Índice de Liquidez Corrente (ILC)** superior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

AC

LC = ------- > 1,00

PC

**— Índice de Solvência Geral (ISG)** superior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

A T

SG = ----------------- > 1,00

P C + E L P

**— Índice de Endividamento (IEN)** inferior a 1,00 (um), obtido pela fórmula:

P C + E L P

IEN = ------------------ < 1,00

AT

**OBS**: Os fatores constantes das fórmulas acima serão extraídos do balanço patrimonial exigido neste Edital, onde:

**AC** = Ativo Circulante

**RLP** = Realizável a Longo Prazo

**PC** = Passivo Circulante

**ELP** = Exigível a Longo Prazo

**AT** = Ativo Total

Caso alguma empresa apresente **resultado igual ou menor que 01(um) nos índices (ILG), (ILC) e (ISG)**, deverão comprovar **capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor a ser contratado pela administração**, de acordo com os parágrafos 2º e 3º do artgo 31 da Lei nº. 8.666/91 c/c artigo 24 da IN nº. 03/2018 da Secretária de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

1. **Relação do montante dos valores das obras e serviços contratados** em vigor com a Administração Pública e/ou com a iniciativa Privada:

A empresa licitante deverá atender o índice obtido na seguinte equação, onde:

P L - C

I = ------------- x 100 > 10

CF

**PL** = Patrimônio Líquido;

**C** = Capital mínimo exigido para licitar (10% do valor da obra);

**Cf** = Montante dos compromissos financeiros já assumidos com a Admiinstração Pùblica e/ou iniciativa Privada vigentes até a data de abertura das Propostas.

Na hipótese da empresa licitante, não ter nenhum compromisso financeiro, assumido com a iniciativa Privada e/ou com A Administração Pública, deverá apresentar **Declaração da Ausência desses Compromissos**.

1. **Certidão Negativa de falência ou concordata** ou, se for o caso, certidão de recuperação judicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Somente serão aceitas as certidões cujo prazo de validade esteja vigente.

Para as certidões que não contenham seu prazo de validade expresso, serão aceitas as emitidas a menos de 180 dias da data de abertura do certame.

## — QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

## Pelo menos 01(um) um atestado ou declaração, expedidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem a qualidade técnico-operacional dos serviços compatíveis com o objeto desta licitação, prestados à declarante pela licitante.

## — DECLARAÇÕES:

## Declaração de inexistência de fatos supervenientes impeditivos de habilitação, sob as penalidades cabíveis fornecida pela empresa e devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador – Anexo VI;

## Declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal e Lei nº. 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02, fornecida pela empresa e devidamente assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador – Anexo VI;

## Declaração autorizando a UFPA para investigações complementares que se fizerem necessárias, nos termos do modelo do Anexo VI deste Edital.

## Declaração de fidelidade e veracidade dos documentos apresentados, nos termos do modelo constante no Anexo VI deste Edital.

## A não apresentação dos documentos acima referenciados implicará na inabilitação do licitante.

## A certidão que não possuir prazo de validade definida em seu corpo, será considerada como válida por 90(noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, exceto se anexada legislação específica para o respectivo documento.

## O documento de confirmação no SICAF será anexado à documentação de habilitação, pela Comissão de Licitação.

## Os documentos mencionados neste Capítulo deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento da licitante, vigentes à época da abertura da licitação, podendo ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, ou por cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para a conferência pela Comissão Permanente de Licitação, ou por publicação em órgão de imprensa oficial.

## O processo de habilitação obedecerá às disposições contidas no art. 27 da Lei n° 8.666/93, observadas as alterações determinadas pelo inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.

## Encerrado o prazo para entrega dos envelopes, nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer emendas, rasuras, ressalvas, adendos, alterações, acréscimos, substituições ou entrelinhas à documentação ou às propostas, exceto a promoção de diligências que a Comissão entender necessárias, bem como a autenticação de documentos pela Comissão Permanente de Licitação, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou para instrução de eventuais recursos interpostos.

## Após a fase de habilitação não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

1. **DA PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPE Nº. 02)**
   1. A Proposta Técnica deverá ser elaborada com base neste Edital e seus Anexos e apresentada em uma 01 (uma) via, em envelope lacrado (ENVELOPE N°. 02), devendo atender aos seguintes requisitos:

## Em papel timbrado da licitante;

## Redigida em língua portuguesa, legível e isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, sendo suas folhas numeradas seqüencialmente, rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal;

## Especificação Técnica de forma clara, completa e minuciosa, indicando os valores dos critérios de pontuação pretendidos, discriminados no Anexo II, relativos à empresa e à sua equipe de profissionais, de acordo com o modelo constante do Anexo III;

## Apresentar, para fins de comprovação da pontuação pretendida, os documentos discriminados no Anexo II.

## A apresentação da proposta técnica deverá obedecer, rigorosamente, a ordem dos itens, sub-itens e letras do ANEXO III, a fim de facilitar o julgamento; e,

## Indicar as características pertinentes aos fatores/subfatores técnicos estabelecidos nos critérios de avaliação e pontuação técnica (ANEXO II);

* 1. O licitante poderá, também, fazer constar em sua proposta técnica, observadas as particularidades do serviço, todas as demais condições sob as quais prestará o serviço ofertado.
  2. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas neste instrumento convocatório e seus anexos.
  3. A Proposta Técnica não deverá apresentar preços.

1. **DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE Nº 03)**
   1. A proposta deverá ser elaborada com base neste Edital, redigida em língua portuguesa, em impresso próprio da firma licitante, devendo ser apresentada simultaneamente com os demais envelopes, em uma via impressa, isenta de emendas, rasuras, ressalvas, alterações ou entrelinhas, em envelope fechado, contendo na sua parte externa e frontal, além da razão social da licitante, os mesmos dizeres do envelope de habilitação, substituindo-se o termo Habilitação pelo termo “Proposta de Preço”.
   2. A Proposta deverá conter:
2. **Preço global, fixo e irreajustável dos serviços**, em algarismos e por extenso, em moeda corrente do país, contemplando, obrigatoriamente, todas as despesas, impostos, taxas ou quaisquer outros ônus e encargos, quer federais, estaduais ou municipais;
   1. O preço proposto não poderá ser superior a **R$ 300.000,00 (trezentos mil Reais)** valor máximo estabelecido com base no inciso X do art. 40 da Lei n. 8.666/93.
3. **Planilhas de Composição de preço unitário dos serviços**, em moeda corrente do país, não podendo ser superior àqueles constantes da Planilha de Preço desta IFES.
4. **Prazo de validade da proposta** não inferior a **90 (noventa)** dias contados da data da abertura da Licitação.
5. **Prazo de vigência da contratação** de **12** (doze) meses.
   1. Em caso de divergência entre os preços unitários e totais, prevalecerão os unitários, e, entre os expressos em algarismos e os por extenso, serão levados em consideração os por extenso, inclusive quanto a erro de soma.
   2. As propostas poderão conter outros dados e informações que a critério do licitante, sirvam para melhor documentar e esclarecer as obras a serem executadas.
   3. A Proposta deverá ser assinada e carimbada na última folha e rubricada nas demais, pelo representante legal da licitante, e suas folhas numeradas seqüencialmente.
   4. Serão desclassificadas as propostas que imponham condições, ocasionem dúvidas quanto ao seu teor, contenham preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis ou não atendam aos requisitos deste Edital e seus anexos.
   5. Não serão permitidas emendas, rasuras, ressalvas, adendos, alterações, acréscimos, substituições ou entrelinhas a documentação ou a propostas, exceto a promoção de diligências que a Comissão entender necessárias, bem como a autenticação de documentos pela Comissão de Licitação, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou para instrução de eventuais recursos interpostos.
6. **PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO**
   1. Os procedimentos referentes ao recebimento, análise e julgamento da documentação relativa à habilitação e às propostas técnica e de preço obedecerão às disposições contidas no art. 43 e § 2º do art. 46 da Lei nº 8.666/93.
   2. Na data, horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, a Comissão dará início à abertura desta licitação, mediante o recebimento da documentação referente à identificação dos representantes legais (**Credenciamento**), bem como do ENVELOPE Nº 01 - **DOCUMENTAÇÂO DE HABILITAÇÃO**, ENVELOPE Nº 02 - **PROPOSTA TÉCNICA** e ENVELOPE Nº 03 - **PROPOSTA DE PREÇO**.
   3. A Comissão consultará o **SICAF** para fins de habilitação dos proponentes regularmente habilitados e cadastrados, conforme estabelece o sub-item 8.7.1 da IN MARE 05/95-MARE de 21.06.95.
      1. Estando inativo o sistema de consulta “on line” do SICAF ou a impossibilidade da verificação das respectivas certidões no horário determinado para o início dos trabalhos, a Comissão suspenderá a reunião e marcará nova data para continuação dos procedimentos;
      2. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, os envelopes referentes às propostas técnicas e de preço dos licitantes serão recebidos pela Comissão, ficando sob os cuidados da mesma para posterior exame em data, local e horário a serem previamente fixados.
   4. Após examinada a documentação contida no "ENVELOPE Nº. 01 - **DOCUMENTAÇÂO DE HABILITAÇÃO**" e verificada a regularidade da inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores - **SICAF**, serão relacionados os licitantes julgados inabilitados, aos quais serão devolvidos os "ENVELOPE Nº. 02 – **PROPOSTA TÉCNICA**" e “ENVELOPE Nº. 03 – **PROPOSTA DE PREÇO**” devidamente lacrados, desde que:
      1. Tenha havido renúncia ao direito de interposição de recurso, mediante a assinatura do “Termo de Desistência de Interposição de Recursos”, formalizada por escrito por todos os licitantes; ou
      2. Transcorrido o prazo para recurso, sem interposição; ou
      3. Ocorrida a medida recursal, o mesmo não tenha sido provido.
   5. Ultrapassada a fase de habilitação, serão abertos os envelopes contendo as propostas técnicas das empresas habilitadas, e feita à avaliação e classificação destas propostas de acordo com os critérios estabelecidos no **ANEXO II** desta licitação.
   6. Será desclassificada a proposta técnica que:
      1. Deixar de atender às especificações e às exigências mínimas estabelecidas no instrumento convocatório;
      2. Não obtiver a valorização mínima estabelecia no **ANEXO II** desta licitação.
   7. Após examinadas as propostas técnicas, serão relacionados os licitantes julgados desclassificados, aos quais serão devolvidos o “ENVELOPE Nº. 03 – **PROPOSTA DE PREÇO**” devidamente lacrados, desde que:

## 

* + 1. Tenha havido renúncia ao direito de interposição de recurso, mediante a assinatura do “Termo de Desistência de Interposição de Recursos”, formalizada por escrito por todos os licitantes; ou
    2. Transcorrido o prazo para recurso, sem interposição; ou
    3. Ocorrida a medida recursal, o mesmo não tenha sido provido.
  1. Classificadas as propostas técnicas, proceder-se-á à abertura das propostas de preço.
  2. Será desclassificada a proposta de preço que:
     1. Deixar de atender às especificações e às exigências deste instrumento convocatório;
     2. Contenha preços com valor global superior ao limite estabelecido ou manifestamente inexequíveis, incompatíveis com os preços de mercado.
     3. Não alcançar, no total, a nota mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da proposta de maior pontuação obtida no certame.
     4. Obtiver nota zero em quaisquer dos subfatores de **QE** ou **ET**.
  3. Os concorrentes deverão examinar todas as propostas, devendo rubricá-las juntamente com os membros da Comissão.
  4. As dúvidas que surgirem durante a reunião serão esclarecidas a juízo da presidência ou deixadas para posterior deliberação, devendo os fatos serem registrados em ata.
  5. A Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu exclusivo critério, decidir pelo exame e julgamento da documentação e das propostas na mesma sessão de abertura da licitação ou em outra, em data a ser oportunamente divulgada, quando, então os licitantes terão vista da documentação.
  6. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente das propostas.
  7. Caso os envelopes contendo a documentação e propostas não sejam abertos na mesma sessão, todos os envelopes serão lacrados, rubricados por todos os membros da Comissão Permanente de Licitação e pelos licitantes presentes e guardados em cofre até a data marcada para a realização de nova sessão, devendo constar em ata essa ocorrência, com a indicação da quantidade de envelopes recebidos.
  8. O não comparecimento do licitante ao ato de abertura das propostas ou falta de assinatura na respectiva ata, quando for o caso, implicará a aceitação das decisões da Comissão Permanente de Licitação.
  9. Das reuniões para recebimento e abertura dos invólucros de documentos de habilitação e propostas, das reclamações e impugnações feitas e as demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação, serão lavradas as atas circunstanciadas, devendo a mesma ser assinada pelos membros da Comissão e também por todas as licitantes.
  10. Quaisquer declarações, reclamações ou impugnações feitas posteriormente à lavratura das atas não serão levadas em consideração.
  11. Caso todas as licitantes sejam inabilitadas ou todas as propostas sejam desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para que os licitantes apresentem nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas que determinaram a sua desclassificação, na forma do Art. 48, § 3º, do Estatuto das Licitações.

1. **DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO** 
   1. O julgamento das propostas será objetivo e dar-se-á pelo critério de **TÉCNICA E PREÇO**, realizado em conformidade com os critérios estabelecidos no Edital e Anexos, nos termos do art. 45, § 1°, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e da Lei 8.248/91.
   2. O julgamento das propostas será realizado em conformidade com o disposto no Edital, sendo declarado vencedor, o licitante que cumprir todas as condições estabelecidas e obtiver o maior número de pontos após a aplicação da fórmula descrita no Anexo II, cálculo final do índice geral (**IG**).
      1. O julgamento da proposta técnica será feito a partir dos itens constantes nas Especificações Técnicas (**ANEXO II**). Caso a experiência técnica ofertada não atenda aos requisitos mínimos do objeto licitado, ou seja, ausente qualquer item necessário para o cálculo previsto para esta fase, a proposta será desclassificada.
   3. Será considerado vencedor o licitante que obtiver o maior Índice Geral (**IG**).
   4. Se duas ou mais propostas obtiverem mesmo valor de Pontuação Final (**IG**), será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços: produzidos no País; produzidos ou prestados por empresas brasileira;  produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;  produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
   5. Persistindo o empate, será efetuado sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas na forma do § 2º art. 45 da Lei 8.666/93 e suas alterações.
      1. Decorridos 30 (trinta) minutos da hora marcada para o sorteio, sem que compareçam todos os convocados, o sorteio realizar-se-á com a presença de qualquer número de licitantes.
   6. O resultado final da Licitação será devidamente comunicado às licitantes e divulgado na forma prevista em lei.
   7. A autoridade competente poderá, até a entrega das cartas de crédito ou das notas de empenho, desclassificar o licitante vencedor, mediante despacho fundamentado, sem que lhe caiba direito à indenização ou a ressarcimento, e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso tenha conhecimento de qualquer circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade financeira, técnica ou administrativa, quando for o caso.
   8. Somente após fixada a ordem de classificação entre as participantes do certame se verificará, diante das notas finais obtidas, se há alguma microempresa ou empresa de pequeno porte em situação de empate real.
   9. Configurado o empate real de notas finais entre ME/EPP e média ou grande empresa, a micro ou a pequena empresa será declarada vencedora em razão de sua natureza, vale dizer, aplica-se o disposto no art. 44, caput, da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações. Portanto, não é o preço que proporcionará a preferência, mas a própria condição pessoal, qual seja, a de microempresa ou empresa de pequeno porte.
   10. Não havendo empate real, se irá apurar se há empate ficto, e essa constatação será realizada levando-se em consideração a proposta de preço. Assim, verifica-se se a proposta de preço da ME/EPP está igual ou superior em até 10% da melhor proposta de preço ofertada (art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06). Se sim, poderá exercer o direito de preferência (manifestação de vontade) e apresentar novo preço inferior a então primeira colocada, conforme § 8º do Art. 5º do Decreto nº 8.538 de 06/10/2015.
   11. Ofertado o novo preço, deverá ser refeito o cálculo da nota final, o que certamente dará à pequena empresa o primeiro lugar na classificação geral, considerando, especialmente, que a nova proposta de preço será feita pela ME ou EPP quando ela souber todas as notas técnicas obtidas pelas outras empresas, bem como os preços ofertados, de modo que poderá cotar novo valor ciente do contexto da disputa.
2. **RECURSOS**
   1. Das decisões proferidas pela Comissão de Licitação, caberá:
3. Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, em consonância com o art. 109, incisos I e II e no parágrafo 4º da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, dirigidos por escrito à autoridade superior, por intermédio da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.
   1. O recurso previsto nas alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 109 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.
   2. O recurso interposto, na forma do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, deverá ser entregue contra recibo, na sala da Comissão de Licitação, e será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subseqüente ao recebimento da comunicação efetuada por esta **IFES**, podendo, ainda qualquer licitante, dentro do prazo legal, obter vistas do processo.
   3. Somente serão considerados os recursos devidamente fundamentados, protocolizados dentro do prazo legal.
   4. Mantida a decisão da Comissão de Licitação, caberá representar a autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia útil subseqüente à data de sua comunicação, que decidirá sobre a sua procedência ou não, após manifestação da Procuradoria Jurídica desta **IFES**.
4. **CONVOCAÇÃO DO LICITANTE VENCEDOR**
   1. Até a assinatura do contrato, esta **IFES** pode desqualificar licitantes por despacho fundamentado, sem que estes tenham direitos a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a idoneidade ou a capacidade financeira, técnica ou administrativa, inclusive sua inscrição no **CADIN** (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados).
   2. Após homologado o resultado da licitação, a Administração convocará o licitante vencedor para que preste, no prazo de 05(cinco) dias contados do recebimento da comunicação oficial, a garantia de execução dos serviços e fiel cumprimento do contrato, podendo optar entre caução em dinheiro, títulos de dívida pública, fiança bancária e seguro garantia, a qual deve corresponder a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
   3. Prestada a garantia, a adjudicatária será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da comunicação oficial, a fim de formalizar o compromisso assumido pelas partes.
   4. O prazo de convocação a que se referem os subitens anteriores poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte interessada e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
   5. Se o licitante vencedor não prestar a garantia no prazo estabelecido ou desistir de retirar o termo de contrato ou instrumento equivalente ou deixar de cumprir a exigências relativas à apresentação da documentação exigida para a contratação, na forma disposta neste Edital, sem justificativa, tempestiva e por escrito, aceita por esta **IFES**, restarão caducos os seus direitos de vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista neste Edital.
   6. É facultado à Administração, quando ocorrer a hipótese do item anterior, adjudicar o objeto licitado aos licitantes remanescentes, convocados na ordem de classificação, desde que nas mesmas condições da proposta da primeira colocada, ou a licitação poderá ser revogada, caso em que se aplicará a primeira colocada, por inexecução total do contrato, a critério desta **IFES**, qualquer das sanções previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
5. **ANULAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO**
   1. Esta **IFES** poderá além das hipóteses previstas no item anterior, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, revogar a presente licitação a qualquer momento, antes da assinatura do contrato dela decorrente ou, em caso de constatação de ilegalidade, anular no todo ou em parte, o procedimento licitatório.
   2. Na ocorrência de revogação do procedimento licitatório, não será devida ao licitante qualquer tipo de indenização, inclusive por lucros cessantes.
   3. A anulação do procedimento licitatório, ocorrida antes da retirada do instrumento contratual equivalente, não gera obrigação desta **IFES**, indenizar licitantes, sob qualquer das hipóteses.
   4. Da anulação ou da revogação do procedimento licitatório cabe recurso a ser dirigido à autoridade superior competente, na forma do inciso I, alínea “c” do art. 109 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
6. **RESCISÃO**
   1. A rescisão das obrigações decorrentes da presente licitação se processará de acordo com o que estabelece a Seção V, Cap. III, da Lei nº 8666/93.
7. **GARANTIA**
   1. O licitante vencedor deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 05 % (cinco por cento) sobre o valor do contrato, com cobertura até o final do **PRAZO DE VIGÊNCIA** da contratação, mediante uma das seguintes modalidades:
      1. **Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;**

* + - 1. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, com correção monetária, em favor da UFPA.
      2. Caso a garantia prestada consista em títulos da dívida pública, estes deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
    1. **Seguro-garantia**, modalidade “Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviços”; ou
       1. Fica condicionada a aceitação desta modalidade somente se assegurar o pagamento de todos os eventos indicados no item 16.2, de forma expressa no respectivo instrumento.
    2. **Fiança bancária**.
  1. O prazo para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, a critério da Administração, desde que devidamente fundamentado o pedido de sua prorrogação.

1. A garantia, qualquer que seja a modalidade, deverá assegurar**,** obrigatoriamente, o pagamento de:
2. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
3. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
4. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
5. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;
   1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).
   2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº8.666, de 1993.
   3. A garantia será considerada extinta:
6. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
7. após o término da vigência do contrato, que poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;
   1. Não se executará a garantia nas seguintes hipóteses:
8. caso fortuito ou força maior;
9. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
10. descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da Administração; ou

1. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

* 1. A garantia será renovada sucessivamente até o término da vigência do contrato e sempre que seu valor seja objeto de alteração, utilizando-se para tal o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas.
  2. Após o cumprimento fiel e integral do contrato, tendo sido expedido o Termo de Encerramento do Serviço, esta **IFES** fará, sob requerimento, a devolução da garantia à **CONTRATADA**.

1. **CONTRATO**
   1. O Contrato a ser celebrado com a licitante vencedora, terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, cuja minuta consta de anexo ao Edital.
   2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.
   3. Se o licitante vencedor, devidamente notificado, não se apresentar no prazo estabelecido neste Edital para a assinatura do contrato, terá sua proposta desclassificada, restando caducos os seus direitos de vencedor, ficando sujeito a aplicação das sanções prevista neste Edital.
   4. O contrato a ser assinado com a licitante vencedora terá sua **vigência de 12 (doze) meses, com eficácia após a publicação no DOU**, podendo ser prorrogado de forma sucessiva até o limite estabelecido na Lei nº 8.666/93.
2. **ÔNUS E ENCARGOS**
   1. Serão de inteira e exclusiva responsabilidade da firma vencedora na forma do art. 71 da Lei nº 8.666/93, os salários dos empregados e todos os encargos previstos pelas leis fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, inclusive os relativos a acidentes de trabalho, impostos, gratificações, etc., decorrentes do contrato que venha a ser celebrado.
      1. A inadimplência da Contratada para com os pagamentos acima referidos não transfere o ônus da responsabilidade à Contratante, nem poderá onerar o contrato.
   2. Caberá ao licitante vencedor:
3. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.
4. substituir, sempre que exigido pela Contratante, através de memorando, independentemente de justificação por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.
5. assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços, nos termos constantes nos Anexos deste Edital.
6. responsabilizar-se inteiramente pela boa execução dos serviços, bem como pelo fiel cumprimento da programação desses serviços, previstos neste Edital e seus anexos;
7. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO**
   1. Executado o contrato, o objeto será recebido.

a) **Provisoriament**e, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação escrita do contratado;

1. **Definitivamente**, em até 3 (três) meses, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos avençados no contrato, observado o disposto no art. 69 da Lei n° 8.666/93.
   1. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a licitante da responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, dentro das limitações estatuídas, quer pelo contrato, quer por legislação pertinente.
2. **PENALIDADES**
   1. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas por licitantes ou contratados, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação, pela CONTRATANTE, de sanções administrativas constantes nos artigos 86 a 88 da Lei n.º 8.666, de 21/08/93, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666, de 1993 e item 8 do Anexo VIII-B da IN MPOG nº 05/2017.
   2. Pela inobservância das condições estabelecidas para o serviço deste objeto serão aplicadas as seguintes penalidades constantes nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93:
3. **ADVERTÊNCIA**; (notificação extrajudicial)
4. **SUSPENSÃO** do direito de licitar e **IMPEDIMENTO** de contratar com a Administração Pública Federal pelo período de até 24 (vinte e quatro) meses;
5. **MULTA** de 20% (vinte por cento) do valor total estimado para a contratação, pela não assinatura do Contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação da CONTRATANTE, e, ainda, pela não prestação dos serviços e por não iniciar as atividades no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sendo que o valor total da contratação corresponde ao valor mensal multiplicado por 12 (doze);
6. **MULTA**, por descumprimento contratual, no percentual especificado nas tabelas 1 e 2, abaixo, a ser aplicada sobre o valor bruto do mês em que se apurar a(s) irregularidade(s), a(s) qual(ais), após conclusão do processo administrativo, será(ao) descontada(s) do valor relativo ao próximo pagamento a ser efetuado;
7. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Pública quando a **CONTRATADA** deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem “II”.
   1. Para efeito de aplicação das multas, a “Tabela 1” atribui grau de gravidade e o percentual correspondente a ser aplicado e a “Tabela 2” elenca as infrações e o grau de gravidade:

**TABELA 1**

|  |  |
| --- | --- |
| **GRAU** | **CORRESPONDÊNCIA** |
| 01 | 0,01% sobre o valor mensal bruto em que se apurar a irregularidade; |
| 02 | 0,1% sobre o valor mensal bruto em que se apurar a irregularidade; |
| 03 | 0,15% sobre o valor mensal bruto em que se apurar a irregularidade; |

**TABELA 2**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ITEM** | **INFRAÇÃO** | **GRAU** |
| A | Recusar a executar serviços previstos no Contrato; | 03 |
| B | Deixar de reparar, corrigir e substituir, as suas expensas, no total ou em partes, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, danos, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução; | 02 |
| C | Deixar de cumprir demais itens do Contrato não previstos nesta tabela de multas; | 01 |
| D | Atraso de mais de 10 (dez) dias, contados da data de protocolo do escritório, em enviar qualquer tipo de documento com prazo de resposta | 01 |
| E | Atraso de mais de 11 (onze) dias, contados da data de protocolo do escritório em enviar qualquer tipo de documento com prazo de resposta | 02 |
| F | A mera quebra de sigilo, pela CONTRATADA, de informações relativas à tecnologia | 90% do valor total do contrato |
| G.1 | Atraso em depositar petição inicial/resposta exigência após última data de extensão | 80% do valor do serviço |
| G.2 | Atraso em depositar demais documentos no escritório de patentes internacional, em escritórios nacionais, regionais ou Autoridades Internacionais de Busca | 03 |
| H | Atraso de envio de documentos ao escritório correspondente que aumente  os valores a serem pagos, tais como taxa de urgência ou outros equivalentes – Além do pagamento da referida taxa ou equivalente. | 03 |
| I | Modificação não autorizada de relatório descritivo ou qualquer outro documento. | 5% do valor do contrato |
| J | Atraso no pagamento de qualquer valor que deveria ser realizado até determinada, tais como taxas de manutenção, anuidades. | 03 |

* 1. Cada uma das multas a que se refere o inciso IV do parágrafo primeiro se submete às seguintes disposições:
     1. quando aplicada no último mês de prestação dos serviços, será descontada da garantia, se prestada mediante caução em dinheiro;
     2. se a garantia for efetivada em outras modalidades, o valor da multa poderá ser retido, do último pagamento devido, até que seja executada;
     3. se a garantia não abranger o valor da multa e o pagamento tiver sido realizado, a diferença da multadeverá ser depositada, pela CONTRATADA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, na conta da CONTRATANTE, mediante guia de recolhimento a ser fornecida pelo CONTRATANTE;
     4. reiterados descumprimentos das cláusulas contratuais, ensejar-se-ão na rescisão Contratual.
  2. As sanções previstas nos incisos II e V do Parágrafo Primeiro desta Cláusula poderão ser aplicadas, também, nas hipóteses de que trata o art. 88 da Lei 8.666/93.
  3. Previamente à aplicação das penalidades mencionadas nesta Cláusula, a CONTRATADA será notificada por escrito, garantindo-lhe ampla defesa. Decidindo-se pela aplicação da(s) penalidade(s) caberá, ainda, recurso para a autoridade imediatamente superior.
  4. A aplicação de uma das penalidades previstas nesta Cláusula não exclui a possibilidade de aplicação de outras.
  5. As penalidades acima não substituem qualquer dano moral ou material sofrido. Ações judiciais próprias serão interpostas para solucionar qualquer questão desta natureza.
  6. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, da garantia ofertada ou cobradas diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.
  7. Na ocorrência de impedimento/suspensão de licitar e contratar poderá, ainda, ser aplicada a penalidade de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.
  8. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente e indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério da CONTRATANTE.
  9. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Universidade Federal do Pará, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades.
  10. As sanções de advertência e impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
  11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, a qual será descontada dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente, a juízo da CONTRATANTE.
  12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no caso de impedimento de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, a licitante será desclassificada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no contrato e demais cominações legais.
  13. A defesa a qual alude esta Cláusula deverá ser exercia pelo interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar de sua notificação, podendo o interessado juntar documentos e arrolar até 03 (três) testemunhas.
  14. A contratada, descumprindo em parte ou em todo, as responsabilidades assumidas na assinatura do contrato; principalmente no que tange a obrigações, encargos sociais e trabalhistas; estará sujeita a aplicação de sanção administrativa, prevista no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme dispositivo no artigo 77 e 87 da Lei n° 8.666, de 1993.

1. **PAGAMENTO**
   1. O pagamento será realizado até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subseqüente ao da prestação dos serviços, contado do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, contendo todos os serviços prestados especificados, compreendida nesse período a fase de ateste da mesma - a qual conterá o endereço e o CNPJ da que realizará o pagamento da Nota Fiscal/Fatura; o número do contrato, os números do Banco, Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto da contratação em moeda corrente nacional.
   2. Os serviços realizados na MODALIDADE I (**REEMBOLSO**), só serão pagos se acompanhados dos respectivos documentos:

1. **AUTORIZAÇÃO PRÉVIA** dos serviços pela **UNIVERSITEC** devidamente assinada pelo Dirigente da Unidade e do Fiscal do contrato; e,

1. **COMPROVANTES LEGAIS DE SUA EXECUÇÃO (nota fiscal, recibo, etc.)**, em nome da empresa contratada ou do escritório parceiro, contendo a especificação detalhada de cada despesa, observadas as datas e local de sua realização.
   1. Somente serão pagos os serviços, após certificação e aprovação pelo dirigente da unidade pleiteante e pelo responsável pela fiscalização.
   2. O pagamento, mediante a emissão de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias;
   3. Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, a mesma deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte de tributos e contribuições, conforme a legislação em vigor.
   4. Para fins de pagamento será realizada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, para a comprovação de sua regularidade fiscal ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais;
   5. A Nota Fiscal/Fatura correspondente será examinada diretamente pelo Fiscal designado pela CONTRATANTE, o qual atestará a conformidade da prestação dos serviços e liberará a referida Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.
   6. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da atestação pelo executor do contrato, os serviços não estiverem sendo prestados de acordo com o proposto, aceito e contratado.
   7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme item 5 do anexo XI, da IN 05/2017.
   8. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida pelo Fiscal à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para CONTRATANTE.
   9. Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.
   10. O valor a ser contratado poderá ser alterado para maior ou menor, através de Termo Aditivo, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, de acordo com o que preceitua o § 1° do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.
   11. A cada pagamento serão observadas as retenções de acordo com a legislação e normas vigentes;
   12. Os efeitos financeiros iniciar-se-ão na data da Ordem de Início das Atividades.
2. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto desta licitação correrá à conta dos seguintes recursos:

— Fonte de recursos: 8100

— UGR: 151908

— M0188G109N

* 1. A UFPA se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade do orçamento previsto, bem como o de determinar a aplicação dos recursos à execução do Contrato de acordo com suas conveniências estratégicas.

1. **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**
   1. O valor global estimado para a prestação dos serviços é de **R$ 300.000,00** (trezentos mil reais), e abrange duas modalidades:
2. MODALIDADE I (**REEMBOLSO**) – Pagamento dos serviços técnicos prestados por escritórios parceiros no exterior (honorários de profissionais) bem como para o pagamento de despesas administrativas relacionadas com o processo de proteção de ativos (taxas oficiais governamentais, despesas com viagens, táxi, hospedagem, fotocópias, despesas de cartório, despesas com consulados, taxas relacionadas a depósito de material biológico, dentre outras de mesma natureza), no valor de **R$ 200.000,00 (quarenta mil reais).**
3. MODALIDADE II (**SERVIÇOS PRESTADOS/HONORÁRIOS**) – Somatório dos serviços executados pelo escritório coordenador do processo no Brasil, conforme planilha estimativa do item X.X, no valor de **R$ 100.000,00 (cem mil reais)**.
   1. Ressalta-se que o valor efetivamente a ser pago, está adstrito aos serviços efetivamente autorizados e constantes da planilha de custo unitário proposto, devidamente executados, não ficando a Instituição obrigada a contratação do valor total aqui estimado.
4. **REAJUSTE DE PREÇO** 
   1. Os preços unitários dos serviços objeto deste contrato, poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data limite para apresentação da proposta, mediante solicitação do CONTRATADO devidamente justificada e comprovada pela variação do custo de produção no período, utilizando-se a variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado em 12 (doze) meses.
   2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
   3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
   4. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
   5. Todo pedido de reajustamento de preço, deverá ser devidamente encaminhado a unidade fiscalizadora do contrato para análise e certificação do saldo contratual sobre o qual incidirá o reajuste.
5. **DISPOSIÇÕES FINAIS**
   1. Na Proposta de Preço, no caso de discordância entre os preços unitários e os preços resultantes de cada item, prevalecerão os primeiros, devendo a Comissão de Licitação proceder às correções necessárias, inclusive com relação ao preço global.
   2. Não serão permitidas emendas, rasuras, ressalvas, adendos, alterações, acréscimos, substituições ou entrelinhas a documentação ou a propostas, exceto a promoção de diligências que a Comissão entender necessárias, bem como a autenticação de documentos pela Comissão de Licitação, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou para instrução de eventuais recursos interpostos.
   3. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação da documentação e propostas relativas ao presente Edital.
   4. As licitantes deverão cumprir as recomendações deste Edital, uma vez que a inobservância de quaisquer de suas disposições constitui motivo de invalidação irreversível das propostas.
   5. É facultada à Comissão de Licitação ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
   6. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficam automaticamente à disposição para vistas aos interessados pelo prazo necessário à interposição de recursos.
   7. Os recursos serão dirigidos ao Magnífico Reitor desta **IFES** através da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse prazo, encaminhá-los àquela Autoridade, a qual sendo devidamente informada fará a sua apreciação e decisão no mesmo prazo, ouvida a Procuradoria Geral do órgão.
   8. O licitante é responsável pela fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, pela manutenção do compromisso de fornecer o objeto licitado, nas condições estabelecidas, dentro do prazo de validade das propostas.
   9. A simples participação na licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas e condições deste Edital e seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor.
   10. Esta **IFES** não tomará em consideração alegações posteriores de enganos, erros ou distrações, verificados nos preços apresentados.
   11. Serão lavradas Atas circunstanciadas das sessões públicas realizadas, onde ficarão registrados os fatos mais importantes ocorridos, tais como: convocações, eventuais reclamações, impugnações ou intenção de interpor recursos, etc. As Atas serão assinadas pelos representantes dos licitantes e pelos membros da Comissão de Licitação.
   12. A licitação poderá ser anulada por ilegalidade, de ofício ou provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
   13. Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado poderá também a licitação ser revogada.
   14. A anulação da licitação induz à do Contrato e não gera obrigação de indenizar, exceto pelo que já foi fornecido até a data em que ela for declarada, desde que não seja imputável a culpa, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
   15. Não serão considerados motivos de desclassificação simples omissões ou irregularidades na proposta, desde que sejam irrelevantes para o procedimento da licitação, que não causem prejuízo para a administração e não firam os direitos dos demais licitantes.
   16. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação, com base na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
   17. É vedada a contratação de familiar de agente público que preste serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança, na forma do art. 7º c/c com o art. 2º, inciso III ambos do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.
   18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem deste processo será o da Justiça Federal da 1ª Região, Seção Judiciária de Belém, Estado do Pará, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
   19. Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I — Especificação Técnica

Anexo II — Critérios de Pontuação e Classificação das Propostas

Anexo IlI — Modelo de Proposta Técnica

Anexo IV — Modelo de Proposta de Preço

Anexo V — Modelos de Currículum Vitae

Anexo VI — Modelos de Declarações (4)

Anexo VII — Declaração de enquadramento como ME ou EPP

Anexo VIII — Minuta de Contrato

Anexo IX — Relação de Pedidos de Patentes em Andamento

Belém, 19 de dezembro de 2019.

**Aline Marques Casimiro**

Presidente da CPL/UFPA.

Portaria nº 4303/2019

|  |  |
| --- | --- |
|  | |
|  |  |
| M e m b r o | M e m b r o |